

Índice

Utopia: fábula ou programa político?	1
More político: compromisso e integridade	3

Utopia: fábula ou programa político?

Publicada em 1516, "Utopia" de Thomas More é uma obra de uma inusitada riqueza e de não fácil leitura, que causou admiração e assombro. O chanceler inglês utilizou a ficção para analisar sarcasticamente a situação da sua época e propor uma lúcida conceção da política que, no contexto atual da pós-verdade, se torna conveniente recordar.

Grande parte do fascínio que exerceu "Utopia" desde que foi publicada deve-se à pluralidade de leituras que suscitou, à dificuldade do seu acentuado estilo irónico e ao quadro simbólico que encerra. Nela, More mostrou uma profunda subtilidade retórica e uma fina inteligência, qualidades que o distinguiram ao longo da sua vida – igualmente no momento de enfrentar o martírio – e que, em grande parte, explicam o seu atrativo.

É a complexidade desta obra breve, aparentemente simples, o que tornou possível o aparecimento de inúmeras interpretações: desde as conservadoras até às mais revolucionárias. Como indicou Peter Ackroyd, um dos seus últimos biógrafos, é muito difícil determinar a opinião própria de More em "Utopia". Tentou-se clarificar as suas pretensões, diferenciá-las das dos seus interlocutores e averiguar se na verdade ansiava por uma transformação tão completa e radical da sociedade, ou se aquilo que procurava era apenas escrever uma paródia sobre as quimeras políticas.

Desde a altura em que foi publicada, a "Utopia" foi um sucesso. Erasmo, amigo e confidente de More, elogiou a obra e ela difundiu-se com grande rapidez. Mas o mais importante foi, sem dúvida, o seu êxito posterior, porque não só determinou o surgimento de um género literário inovador, como um feliz adjetivo – *utópico* – para qualificar os delírios sociais e políticos.

Mas esta obra, explicou Peter Berglar, não tem nenhuma pretensão programática. A um amante da língua grega e defensor do seu ensino não lhe podia escapar que o nome utilizado não tem uma conotação estrita com uma localização imaginária ou um lugar ideal – significados que só nasceram mais tarde e sempre em referência ao texto de More –, mas justamente um não-lugar, ou seja, um projeto que, como se sugere nas páginas finais, não parece ser realizável.

Daí que seja necessário distinguir entre a mensagem de "Utopia" e o chamado utopismo político, com o qual infelizmente se costuma vincular. Reformadores sociais, revolucionários, planificadores e idealistas de todas as linhas ideológicas acreditaram continuar o projeto de More e defender o seu legado. Mas, na realidade, distanciaram-se dele, porque a intransigência que acarreta qualquer programa utópico, com a sua imperturbável vontade de transformar o mundo, turva o horizonte político com especulações perigosas e absurdamente abstratas.

Seria ingénuo entender “Utopia” como uma confissão das convicções políticas do chanceler inglês, e simplista não ler entre linhas da intrincada rede simbólica e argumentativa subjacente à educada conversa que mantém Rafael Hitlodeu, o sábio navegador, e o próprio More. A sua discussão versa sobre a capacidade de influência do filósofo – do humanista, do intelectual – na política.

Historicamente, não se teve suficientemente em conta a originalidade desta obra política nem os seus contributos; até há pouco tempo, os especialistas encaravam o trabalho do mártir inglês como mais uma contribuição, embora marcante, para o humanismo. Mas a conceção do poder político e o modelo de príncipe que aparece em “Utopia” acarreta elevadas exigências morais. E, no âmbito da política, a proposta de More – a sua insistência em vincular o exercício do poder com a virtude – constitui uma alternativa moderna – e nada trivial – a essa outra perspectiva, com maior influência talvez, mas também mais cínica, oferecida por Maquiavel e pelos primeiros tratadistas da razão de Estado.

Mas se “Utopia” fosse apenas mais um exemplo desse estilo de exortação moral tão característico dos finais da Idade Média e do Renascimento; se tivesse sido escrita à maneira de um espelho de príncipes ou mesmo da “*Institutio principis christiani*”, de Erasmo, não teria sido tão relevante nem tão relida. A sua inovação foi criar um novo género político, mais do que literário, utilizando a ficção narrativa para transmitir o conselho e sugerir soluções para os problemas da sua altura, como forma, resumindo, de canalizar sub-repticiamente a influência pública do intelectual.

Quando escreveu a obra, More encontrava-se perante uma alternativa existencial: devia dedicar-se à política e entrar no Conselho do rei, ou seria isso contraproducente para os seus interesses teóricos e convicções? “Utopia” possui um fundo biográfico que é importante ter em conta para compreender a sua mensagem. E pode afirmar-se que nela More dá a conhecer um ponderado e sábio processo de esclarecimento pessoal, revelando os prós e os contras do compromisso político.

Política da sedução

No primeiro livro (dos dois que integra esta obra), depois de narrar a sua experiência com Vespúcio, Rafael Hitlodeu explica os motivos porque, apesar de conhecer tanto mundo, não está disponível para prestar serviço a nenhum rei. A corrupção da época, a ânsia de riquezas, a lisonja e a venalidade tornaram impossível, na sua opinião, melhorar a

sociedade. “Não há espaço para a filosofia entre os reis”, defende com pessimismo.

Thomas More sabia pela sua ampla formação que o filósofo era incómodo ao poder: basta recordar a figura de Sócrates. E critica claramente o estilo cortesão, a ineficácia, o desperdício económico, as bajulações e a hipocrisia dos que estão mais atentos ao seu próprio benefício do que à saúde da “república”. Mas, diversamente de Rafael Hitlodeu, esta situação envelhecida não o leva a demitir-se da sua vocação política, mas a opor ao maximalismo utópico do seu interlocutor uma política mais pragmática e prudente que, embora não possa extirpar por completo o mal, esforça-se por fazer com que as “coisas sejam o menos más possível”.

Assim, em “Utopia” confrontam-se duas formas de fazer e de entender a vida pública. De um lado, uma radical e intransigente, que pode nascer tanto de simples reflexões teóricas, como de uma compreensível indignação. Mas embora os seus propósitos possam ser bem-intencionados, a Thomas More não lhe escapa que, ao esquivar-se à contingência e complexidade do ser humano, pode resultar contraproducente ou absurda como o são alguns dos costumes dos utópicos.

Em contraste com essas formas mais impositivas, existe uma conceção mais prática que exige ao intelectual representar um papel na farsa política, mas que permite a transformação paciente e gradual, equilibrada das coisas. Thomas More não desconhece, como salienta no seu livro, que “as opiniões malignas e as convicções perversas não podem ser plenamente arrancadas dos corações”, mas isto não é motivo para perder a esperança politicamente, nem para estragar o ambiente com propostas fantásticas.

“Utopia” resolve, pois, astutamente um dilema clássico: o que se coloca entre o bem e o poder, a verdade e a política. Nas suas páginas defende-se uma lúcida “política da sedução”, na qual, mediante “estratagemas subtis e métodos engenhosos”, o envolvido na função pública intervém oportunamente para resolver os conflitos e desordens sociais. É essa contraposição entre a política mais teórica e a sã moderação pragmática, que não transige com o mal, aquilo que deslumbra e ressalta na leitura da obra.

Um espelho invertido

Mas como é a vida na ilha fundada por More? Nada na “Utopia” é casual, nem sequer, como é evidente, o nome da ilha; tão-pouco o do próprio Rafael Hitlodeu, cujo apelido quer dizer, significativamente, charlatão. “Utopia” não é apenas um lugar sem localização espacial: é uma ilha na qual como por magia desapareceram as diferenças económicas, sociais, culturais e mesmo religiosas.

As 54 cidades que a constituem são iguais; têm a mesma disposição urbana e encontram-se a idêntica distância; as casas contam com uma mesma distribuição. Muito menos diferem os costumes, nem os ritmos de trabalho e descanso. Só mudam periodicamente as ocupações, mas assegura-se que os cidadãos se dediquem durante algum tempo a tarefas agrícolas.

Os seus habitantes trabalham, mas têm uma vocação humanista e tempo suficiente para cultivar o seu espírito. Não existe propriedade privada; muito menos fins lucrativos. Os utópicos vivem de modo austero e não usam dinheiro, pois têm tudo aquilo de que necessitam para uma existência feliz. Mas a sua harmonia não está isenta de certos costumes absurdos ou incoerentes. É como se essa sociedade fosse tão perfeita que o leitor não pudesse reconhecer-se nela.

Na descrição desse estado ideal, foi referido que More desejava pormenorizar as condições sociais que lhe coube viver, sublimando com o recurso da fábula os vícios e defeitos da política da sua época. Neste sentido, a sua obra seria, no fim de contas, uma férrea crítica e um recurso literário para chamar a atenção sobre a origem dos costumes corruptores e sobre as suas nefastas consequências para a ordem social. Nas palavras de Berglar, foi um desabafo com o qual More expressou o seu descontentamento e um complemento político que ampliava a jocosa e influente reprovação incluída em "Elogio da loucura" do seu amigo Erasmo.

A ironia de "Utopia"

Desde que foi publicada em 1516, esta obra, a mais conhecida do seu autor, concitou a admiração dos inimigos da propriedade privada; igualmente no ano passado de comemoração, alguns trabalhos insistiram em afirmar que a intenção de More era propor aboli-la e censurar a livre troca de bens. Mas esta interpretação, demasiado direta e evidente, desvaloriza o peculiar estilo irónico de More.

"Utopia" deve ser considerada, antes de mais nada, como um jogo literário, uma divertida e culta sátira escrita com o objetivo de ridicularizar a busca da organização política perfeita. Não se deve negligenciar, a este respeito, que no segundo livro – no qual se expõe a vida e costumes desse país longínquo –, More só toma a palavra no final e fá-lo para questionar a viabilidade da sua organização e, concretamente, para questionar a propriedade coletiva e a ausência de dinheiro.

Pode levar-se a sério esta obra de um humanista perspicaz e acreditar que o sonho de um interlocutor que responde pelo nome de "charlatão" manifesta uma clara vontade política? É importante recordá-lo e insistir nisso para compensar a interpretação que o marxismo fez de "Utopia". Desde Kautsky a Habermas, viu-se nessa obra uma apologia do igualitarismo

económico e, inclusivamente, More foi destacado como um comunista *avant la lettre*. Mas nenhuma destas coisas é exata.

Por outro lado, a julgar pelo sucesso político do género que inaugurou, a ironia e a sátira utilizada por More parecem ter-se voltado contra as suas próprias pretensões. É um divertido paradoxo, para um autor tão engenhoso e brilhante, que seja encarado como o mais exímio representante da política idealista. Na verdade, nem Francis Bacon nem Tommaso Campanella, nem os socialistas utópicos, nem a posterior ficção científica de B. F. Skinner recolhem o testemunho do político e mártir inglês. O seu legado, pelo contrário, é recebido por toda essa tradição literária engenhosa e próxima da paródia que zomba com ironia dos desvarios políticos e das loucuras da razão.

J. C.

More político: compromisso e integridade

O chanceler inglês teve duas vocações e foi fiel a ambas: a intelectual e a política.

Como estadista, Thomas More foi um homem eminentemente prático e prudente; soube manter intacto o compromisso com as suas convicções e incólume a sua integridade, num momento em que a maneira mais cómoda e fácil de prosperar era a adulação e a hipocrisia.

No seu caso, e talvez com maior razão do que noutros pensadores, as soluções políticas partem da análise pormenorizada da situação e assentam num prolixo e atento exame dos problemas sociais. É dessa inteligência prática que dissecou os conflitos e as suas causas de onde surge o seu compromisso político. Neste sentido, a obra "Utopia" foi considerada um verdadeiro documento que reflete a situação da sociedade inglesa do século XVI.

More preocupa-se na sua obra com a incipiente mercantilização do trabalho e a perda de relevância do campo. Revela a sua inquietação pela manipulação dos preços, pela desigualdade económica e pela propagação da pobreza, mas alude também a outros fenómenos não económicos como a crueldade e a ineficácia do direito penal, por exemplo.

Graças a esse conhecimento, o seu trabalho político foi frutuoso. Se se examinar a sua carreira, é difícil encontrar um político profissional tão preparado, honesto e leal como o "humilde servidor" de Henrique VIII. Foram as suas virtudes e qualidades humanas – e não o servilismo arrivista – que lhe

valeram para alcançar os cargos mais importantes e converter-se no colaborador mais próximo do monarca.

Thomas More mostrou prudência e um atinado olfato diplomático para defender os interesses da coroa que tinha a seu cargo, mas também arrojo e valentia quando o que estava em jogo eram as suas crenças mais íntimas. A defesa que faz em "Utopia" da política gradual e pragmática não é uma posição acomodatória perante o poderoso, mas uma forma perspicaz de enfrentar a fraqueza humana e combater as servidões do poder e as suas tentações.

Teria sido fácil para um homem da competência intelectual de More ignorar a vida política e os problemas do seu tempo. Por isso, a sua dedicação à função pública e a sua confiança na prudência e nas mudanças paulatinas ilustram magistralmente que a honestidade e a integridade não conflituam com o exercício do poder político. É essa unidade de vida o que explica que João Paulo II o tenha nomeado patrono dos governantes e dos políticos.

Gerard Wegemer, especialista na obra do chanceler inglês, destacou algumas das suas contribuições mais importantes. Por exemplo, num momento de tensão entre o parlamento e as exigências económicas do rei, advogou com coragem a liberdade de expressão e os direitos dessa câmara, sabendo que os seus membros podiam ver-se coagidos para satisfazer os pedidos da monarquia. Acredita-se, igualmente, que terá sido um dos principais impulsionadores de um projeto de reforma elaborado por políticos ingleses em 1530, no qual, entre outras coisas, se desenhava um sistema de segurança social para os mais desfavorecidos, bastante adiantado para a sua época.

Se se lerem as principais biografias sobre More, desde a primeira escrita pelo seu genro, William Roper, até às publicadas pelos investigadores contemporâneos, uma das coisas que mais chamam a atenção deste político invulnerável ao suborno, não é unicamente a fidelidade às suas convicções, mas a sua profunda honestidade e o seu extraordinário sentido da lealdade, uma qualidade que lhe permitiu defender, antes de ser condenado por traição, que nunca tinha falado, nem em público, nem em privado, sobre o polémico casamento de Henrique VIII com Ana Bolena.

A vida e a obra de More recordam-nos hoje, perante o desprestígio das instituições e dos representantes públicos, que o crédito e o respeito em política dependem, sobretudo, da integridade e da elevação de perspetiva daqueles que a exercem.

J. C.